RELATÓRIO DE CONCLUSÕES

Índice

	Página
1. Enquadramento	3
2. Definição de objetivos e metodologia	5
2.1. Objetivos	5
2.2. Destinatários	5
2.3 Metodologia	5
3. Programas	7
- 17 de outubro	7
- 18 de outubro	8
4. Intervenções	9
5. Avaliação	28
6. Conclusão Final	30

Anexos:

Listagem de Participantes

Documento Síntese do Trabalho Preparatório dos Conselhos Locais Cidadãos/ãs

1. ENQUADRAMENTO

"O Estado tem de assumir integralmente e reconhecer a realidade nacional, os problemas e dificuldades que existem em muitas áreas como a habitação, a saúde, o trabalho/salários, a educação
(Higino Costa, Conselho Local de Cidadãos, Lisboa, Cimeira das Pessoas).

Introdução

A crise económica e financeira que atingiu o seu auge nos anos de 2013 e 2014 levou à pobreza milhares de pessoas em Portugal. Mais 143 mil pessoas entraram em risco de pobreza monetária entre 2011 e 2013 e estima-se que entre 150 e 200 mil portugueses tenham emigrado nos três primeiros anos dessa crise. A recuperação económica, a redução do desemprego, a recuperação de rendimentos do trabalho e de prestações sociais que se seguiram ao fim da Troika e que se prolongou até 2019 permitiram uma redução da pobreza da qual não tínhamos registo.

Mas foi uma recuperação de curta duração. Sem aviso e sem tempo para qualquer preparação veio a pandemia e com ela o medo, o isolamento, o aumento das desigualdades, o crescimento abrupto da pobreza e a dispersão da intolerância. Em apenas um ano tivemos um aumento de 228 mil pessoas em risco de pobreza. Portugal foi o país da União Europeia com maior aumento da pobreza monetária e maior aumento das desigualdades. O ano de 2022 trouxe a esperança na recuperação, mas a crise pandémica foi substituída pela guerra na Ucrânia e a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza ainda não saiu do papel.

O desemprego, o confinamento e os constrangimentos às atividades económicas, sociais e culturais, foram substituídos pelo forte e rápido aumento dos preços da energia, da habitação, dos produtos alimentares e dos transportes. A população em Portugal não estava preparada para lidar com a pandemia em 2020, mas está ainda menos preparada para lidar com as consequências da guerra e do aumento do custo de vida. Em 2021, antes do aumento generalizado dos preços, já tínhamos mais de 11% da nossa população com uma grande dificuldade em gerir o orçamento familiar mensal de forma a responder a todas as despesas necessárias habituais. Mais de metade da população em Portugal – cerca de 58% - apresentava algum grau de dificuldade em conseguir que o orçamento familiar chegasse ao fim do mês. Falamos de uma realidade que não se limita à população em risco de pobreza, já que a pobreza não se restringe aos desempregados ou aos inativos. 11% dos trabalhadores estavam em risco de pobreza monetária e cerca de 48% das pessoas em situação de pobreza em idade ativa estavam inseridos no mercado de trabalho.

Se os salários são demasiadamente baixos e insuficientes para acomodar o aumento do custo de vida, as prestações sociais são ainda menores. A fragilidade das condições de vida de quem depende de uma prestação social não pode ser ignorada num momento crítico como o que estamos a viver.

Aos problemas estruturais do país que todos já conhecemos, somam-se outros que decorrem da conjuntura internacional e que já estão a ter, e terão no futuro, um impacto muito significativo no bem-

estar e nas condições de vida dos portugueses e portuguesas. A subida dos preços da energia, dos bens alimentares, dos combustíveis são evidentes e geram impactos diretos e imediatos nas Famílias.

Para atenuar estes efeitos vão sendo adotadas medidas avulso e de caráter transitório. Todavia, se é essencial que existam medidas que ajudem a colmatar este impacto e que não permitam uma maior degradação das condições de vida das pessoas, não podemos ignorar que estas medidas não têm qualquer impacto nas causas da pobreza.

A EAPN Portugal ao longo dos últimos 30 anos tem procurado desempenhar um papel crucial não só na denúncia das situações de pobreza no nosso país, mas também na consciencialização social de que a erradicação da pobreza deve constituir um desígnio nacional - **porque a pobreza não é um problema exclusivamente das pessoas em situação de pobreza, mas da sociedade no seu conjunto**, avançando com propostas concretas e fundamentadas para os principais problemas sociais com que a nossa sociedade se confronta.

Na Cimeira das Pessoas[1] que a EAPN Portugal e a EAPN Europa realizaram em março deste ano foi dado o alerta para o facto de parecer que os Governos nacionais não perceberem que a pobreza está profundamente enraizada na nossa economia. Agora, mais do que nunca, **é tempo de implementar mudanças estruturais a longo prazo e de colocar as pessoas no centro das políticas**. As medidas de emergência são efetivamente importantes, mas não conduzem a mudanças estruturais. Para muitos membros da EAPN, as medidas de emergência tornaram-se a nova norma e a resposta a dar a questões profundamente estruturais. As múltiplas crises são vistas como uma desculpa para paradigmas incontestados. A existência de **Estratégias Nacionais de Combate à Pobreza** é fundamental para garantir a prevenção das situações de pobreza e delinear medidas estruturais com efeitos eficazes na resolução deste problema multidimensional.

No âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais foram traçados princípios, acreditando que o acesso ao mercado de trabalho, às condições justas de trabalho e o acesso à proteção social, juntamente com o princípio da igualdade de género e de oportunidades são ferramentas suficientes para o combate à pobreza e a promoção da inclusão social (Juliana Wahlgren, Diretora da EAPN Europa). Sabemos hoje, em 2023, que estas ferramentas podem não ser suficientes. Temos de nos bater pela justiça social e económica e pela redistribuição equitativa do rendimento e dos recursos disponíveis.

É, como tal, urgente a implementação da Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza! Precisamos de um pensamento estratégico e integrado de como combater a pobreza; precisamos de um plano de ação concreto para a implementação da estratégia; precisamos de um orçamento adequado ao desafio do

[1] *Cimeira das Pessoas: Não há Europa Social sem Direitos Sociais*, Documento de conclusões, EAPN Portugal e EAPN Europa, maio de 2023. Disponível em: https://www.eapn.pt/dimensao-europeia/conclusoes-da-cimeira-das-pessoas-nao-ha-europa-social-sem-direitos-sociais/

combate à pobreza; precisamos de uma monitorização e avaliação clara, participada e transparente da sua implementação.

A EAPN considera que a **participação** das entidades da sociedade civil e das próprias pessoas que vivem em situação de pobreza é essencial no combate à pobreza. Temos consciência que não é suficiente ter alguns objetivos que visem a participação das populações mais vulneráveis. A participação dos/as cidadãos/ãs e dos atores institucionais, como as entidades do Terceiro Setor, precisa de estar no centro de toda a Estratégia e, por isso deve fazer parte da sua metodologia de implementação. Devem privilegiar-se espaços de participação que promovam uma reflexão alargada sobre os constrangimentos e os resultados obtidos pela Estratégia e evitar ações pontuais. São necessários momentos que se privilegie o diálogo com os vários intervenientes, incluindo os partidos políticos. De igual modo, a Estratégia deve conter um modelo de governação que favoreça a auscultação das entidades sociais que trabalham neste domínio, mas também e sobretudo das pessoas em situação de pobreza.

Neste sentido, o **Fórum Nacional** pretende ser um **momento de reflexão com as pessoas em situação de pobreza, com foco permanente na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, dando a conhecer o seu plano de ação. Pretende igualmente promover a discussão e a reflexão acerca do impacto do aumento dos bens essenciais na vida dos/as cidadãos/ãs.**

2. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METODOLOGIA

A EAPN Portugal pretendeu uma vez mais, através deste Fórum Nacional, promover a participação de cidadãos/ãs que vivem (ou viveram) em situação de pobreza e/ou exclusão social, que integram o Conselho Nacional de Cidadãos/ãs (CNC) e os Grupos Locais da nossa organização, através de um espaço de intercâmbio de experiências e de reflexão que permitam colocar os cidadãos e a sua participação no centro da ação para a inclusão.

2.1. Objetivos

Em termos mais específicos, pretendeu-se:

- Promover a reflexão junto dos/as cidadãos/ãs sobre a forma como a participação pode ser incorporada como princípio estratégico de ação para operacionalizar, monitorizar e avaliar a Estratégia, assim como a Estratégia Nacional pode ser um trampolim para um compromisso efetivo por parte dos partidos políticos para que o combate à pobreza seja um desígnio nacional.
- Partilhar experiências e testemunhos sobre o impacto do aumento do custo de bens e serviços na vida dos/as cidadãos/ãs
- Identificar propostas e recomendações de ação para tornar mais efetivo e eficiente o combate à pobreza e exclusão social.

2.2. Destinatários/as

Os/as principais destinatários/as desta iniciativa foram os Membros dos Conselhos Locais de Cidadãos/ãs da EAPN Portugal, bem como agentes e decisores/as políticos/as, dirigentes e técnicos/as de entidades públicas e privadas com/sem fins lucrativos, sociedade civil. A partir deste ano, regressámos à composição mais alargada das delegações distritais num total de 4 elementos (3 membros de cada um dos Conselhos Locais de Cidadãos/ãs) e o/a respetivo/a técnico/a do Núcleo Distrital.

Estiveram presentes **79 indivíduos provenientes dos 18 distritos do país e da Região Autónoma da Madeira**, bem como vários elementos da equipa técnica da EAPN Portugal. **(ver Listagem de Participantes em anexo)**

2.3. Metodologia

O trabalho preparatório para o Fórum foi pensado tendo por base a reflexão sobre o papel que os Conselhos Locais de Cidadãos/ãs devem ter enquanto testemunhos vivos e diretos no acompanhamento das situações de pobreza e exclusão e enquanto cidadãos/ãs e ativistas empenhados na luta contra as

desigualdades e injustiças sociais. Daqui resultou a elaboração de uma **Carta Aberta aos decisores políticos**, com algumas ideias e mensagens-chave que permitam uma atuação firme e concreta sobre as várias dimensões da pobreza e a exclusão, restituindo dignidade à vida dos/as cidadãos/ãs.

Para recolha destes contributos, orientámos o trabalho preparatório delineando um conjunto de questões:

1. Grupo A – Panorama da Pobreza em Portugal

1. O que está mal e dever ser mudado? E como mudar?
2. O que está bem e deve ser reforçado?
3. O que não existe e devia ser criado?

2. Grupo B – Acesso a bens e serviços

1. Impacto do aumento dos principais bens e serviços na vida das pessoas? Quais foram as áreas mais afetadas? (recolha de testemunhos)
2. Que avaliação fazem das medidas existentes para fazer face a esse aumento de custo de vida?
3. Que outras medidas (incluindo a justiça fiscal) poderiam ser adotadas para promover o acesso aos serviços essenciais?

3. Até que ponto podemos falar do regresso da austeridade ao nosso país?

4. Mensagens-chave aos decisores políticos

Esse documento-síntese com todos os contributos locais, foi elaborado e posteriormente enviado aos oradores convidados, designadamente, aos partidos políticos que confirmaram presença no evento e demais palestrantes, representantes das áreas setoriais da saúde, emprego, habitação, direitos do consumidor e segurança social. **(ver Documento-Síntese em anexo).**

3. PROGRAMAS

O XV Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, decorreu a 17 e 18 de outubro de 2023, em Coimbra, com o tema *"Combate à Pobreza: um desígnio nacional!"*.

17 DE OUTUBRO

18 DE OUTUBRO

PROGRAMA

09h30 Boas-vindas
- Agostinho Jardim Moreira | EAPN Portugal
- Natália Alves | Conselho Local de Cidadãos de Coimbra

09h45 Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Cidadãos sobre o Impacto do aumento do custo dos bens nas suas vidas: "Que Vida É Esta?"
- Juan Pedro | Conselho Local de Cidadãos da Madeira
- Carla Tomé | Conselho Local de Cidadãos de Castelo Branco

10h00 Mesa-redonda: **O Impacto das medidas políticas na vida das pessoas**

Moderação: Joaquina Madeira | EAPN Portugal
- Carmen Pamplona | Conselho Local de Cidadãos do Porto
- Prudêncio Canhoto | Conselho Local de Cidadãos de Beja
- Alberto Costa | Delegado Regional do Centro do IEFP
- Natália Nunes | Deco – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- Bárbara Aguiar | Direção Geral da DGS
- Nuno Travasso | Universidade de Coimbra
- Brenda Johnson | Instituto da Segurança Social, I. P.

11h30 Pausa para Café

11h45 Apresentação do Conselho Local de Cidadãos de Coimbra

12h00 Apresentação das Conclusões/Comentário
- Joana Silva | Centro PROSPER

12h30 Almoço e Encerramento

EAPN PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

Media Partner
JN

4. INTERVENÇÕES

17 DE OUTUBRO

ANA CORTEZ VAZ – VEREADORA DA AÇÃO SOCIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Após dar as boas-vindas a tod@s os participantes, referiu-se há questão da "pobreza" citando a nota das Nações Unidas e cita alguns números da mesma organização mundial, destacando a diferença - na pobreza - entre homens e mulheres. Menciona ainda que "*acabar coma pobreza em todas as suas formas, é o primeiro dos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável*". Saúda a EAPN Portugal pelo seu trabalho porque:" *a pobreza continua a ser notícia… porque é uma instituição que se preocupa por estas pessoas e com este fenómeno*".

Sobre o dia 17 de outubro e partindo de alguns dados do Banco Mundial e da UNICEF, a propósito do suposto aumento da pobreza durante o período pandémico, constata que: " *uma em cada seis crianças no mundo vivia em condições extremas de pobreza antes da pandemia e em Portugal a taxa de risco de pobreza aumentou de 18 para 23%, invertendo uma tendência que se vinha registando desde 2015 de diminuição da taxa de pobreza em Portugal, a crise económica e financeiro aliada à pandemia teve efeitos completamente assimétricos, as classes mais vulneráveis foram as mais afetadas, com perdas acima da média nacional, em 2021 com o regresso à chamada vida normal esta taxa já diminuiu…*". Refere alguns dados relacionados com a incidência da pobreza nas crianças e jovens e dos idosos, bem como o risco de pobreza para a população desempregada (quase quatro vezes mais do que para a população empregada); constata, no entanto, que o facto de uma pessoa ter emprego não estar imune a uma situação de pobreza. Acrescenta um dado sobre a taxa de pobreza segundo o nível de escolaridade, deixando novamente a mensagem de que a pobreza pode também atingir pessoas com o ensino superior (embora em números muito mais baixos); refere ainda outros números relativos à pobreza por género e nos idosos: *"… são mulheres que estão mais expostas ao risco de pobreza e em particular as mais velhas*". Estas foram algumas das reflexões que: *"Espero que sirva de alavanca à discussão para a sessão que se segue*". Considera para finalizar que para o município de Coimbra é uma honra coorganizar este Fórum Nacional.

Luísa Dantas – Direção da EAPN Portugal

Cumprimentou e deu as boas-vindas a tod@s os participantes, oradores, técnicos e convidados e especialmente a todos os membros dos Conselhos Locais de Cidadãos e do Conselho Nacional de Cidadãos, considerando que este dia e este evento é especialmente dedicado ao trabalho que desenvolvem na EAPN Portugal.

Os dois momentos que se seguem: a apresentação de um trabalho sobre o impacto do aumento do custo dos bens de primeira necessidade e uma mesa-redonda sobre o impacto das medidas de política na vida das pessoas, demostram claramente que o trabalho desenvolvido por estes grupos de participação direta dos cidadãos, são fundamentais para o trabalho mais geral das estruturas diretivas e técnicas da nossa organização.

Com efeito, é a partir desses grupos de base e com iniciativas abertas, democráticas e participativas que se promovem os momentos de reflexão sobre as diversas temáticas que afetam a vida das pessoas, particularmente das pessoas que vivem situações de pobreza e/ou de vulnerabilidade social. Daí resultam conversas, debates, levantam-se questões, sugerem-se propostas, questionam-se soluções, interpelam-se entidades setoriais responsáveis pela execução das políticas, interrogam-se deputados da nação e órgãos políticos. Todo um exercício de cidadania e participação cívica responsável, transparente e de uma maturidade democrática que se poderia dizer exemplar.

Trata-se, pois, de um pilar fundamental de trabalho para a EAPN Portugal, que tem uma expressão geográfica que vem do local: os Conselhos Locais de Cidadãos, dinamizados mais diretamente pelos nossos núcleos distritais, onde é desenvolvido este trabalho mais local/regional, com uma abrangência que se centra em questões mais locais, indo por vezes ao nível dos municípios e das localidades e em articulação com as estruturas setoriais dessas áreas. Temos depois um nível nacional, em que este fórum se insere e que resulta, em grande parte, do trabalho desenvolvido ao nível local, com sessões preparatórias, contributos para documentos finais, preparação de interpelação aos oradores convidados. Este trabalho nacional não se esgota neste fórum e estende-se por outras atividades. Na verdade, por quase todas as atividades nacionais, estes conselhos estão presentes dando o seu contributo e a sua experiência. Estes grupos de participação cidadã, são compostos maioritariamente por pessoas que viveram a experiência do quotidiano vulnerável socialmente, em certos casos da exclusão social, da escassez de recursos, da dificuldade em enfrentar o dia-a-dia, de ter de fazer opções para comprar este ou aquele bem, pagar esta ou aquela conta, sem a possibilidade de dar conta das duas opções ao mesmo tempo, gerindo a escassez de recursos quotidiana. Apesar destas dificuldades estes cidadãos e cidadãs participam ativamente nestes grupos de trabalho, contribuem com o seu conhecimento, ajudam os técnicos, formulam questões e ajudam a construir instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social através da sua participação.

Esta reflexão ficaria incompleta se não referíssemos o trabalho desenvolvido a nível europeu – sendo este o terceiro nível a que me referi no início. Com efeito, a participação anual no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, que se repete ininterruptamente desde 2002, em coorganização com a EAPN Europa e a consequente participação das redes nacionais e a Comissão Europeia, por via das presidências em vigor. Estes encontros servem também para elaborar documentos de informação sobre o "*estado da*

arte" à própria Comissão e ao Parlamento Europeu e a serem os interlocutores privilegiados para estes órgãos europeus.

Trata-se, pois, de um trabalho articulado a três níveis: local/regional; nacional e europeu, importantíssimo para aferir a participação de cidadãos, para ajudar a elaborar recomendações e diretivas europeias, definir políticas nacionais setoriais que sirvam para ajudar a combater a pobreza e a exclusão social.

Com a publicação do primeiro Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, anunciado no dia de ontem em Lisboa, julgamos importante destacar o facto de a EAPN Portugal desenvolver e dinamizar estruturas como a que acabei de descrever: participativas, consultivas, democráticas e de iniciativa cidadã. E são importantes na medida em que podem servir de barómetros sobre a aplicação das medidas de política em curso e são importantes para aferir a sua eficácia e eficiência na população; podem ser constituídos como órgãos consultivos. Se queremos eficácia nas políticas ativas, porque não consultar diretamente as pessoas que essas políticas visam?

Fica, pois, a nossa sugestão.

Destaco ainda na nossa sessão de trabalho a mesa-redonda com a presença de membros do Conselho Nacional de Cidadãos e de representantes setoriais dos vários órgãos estatais e do Instituto de Segurança Social, a quem saúdo desde já e agradeço a presença. Sabemos de antemão que não terão respostas para tudo, sabemos também que realizam o seu trabalho no sentido de construir as melhores respostas, dentro dos recursos disponíveis. Ninguém, sairá daqui hoje com todas as respostas, nem com os problemas solucionados. Mas temos a certeza de que estas são as respostas possíveis para perguntas pertinentes elaboradas a partir de um trabalho pertinente e exaustivo. Fica, contudo, a transparência da atividade e a boa-fé da inquirição. As pessoas querem ver solucionados, ou pelo menos equacionados os seus problemas, querem respostas para a crise da habitação agravada nos últimos anos e que deixou muitas pessoas sem soluções para pagar aos bancos a prestação da casa ou a renda ao senhorio. As pessoas querem ver futuro para os seus filhos e não os querem ver "empurrados" para a emigração, mais ou menos forçada. Querem ser atendidas com qualidade e dignidade, num Serviço Nacional de Saúde que lhes foi prometido pela Constituição da República. Querem ter rendimento suficiente para "*viver uma vida digna*", onde possam comprar alimentos a preços comportáveis; querem ter transportes públicos de qualidade para se deslocaram para os seus empregos sem sobressaltos; querem auferir um salário que permita enfrentar as despesas diárias; querem ter rendas acessíveis. Querem políticos que os oiçam nas suas razões; querem ver os seus idosos apoiados em estabelecimentos dignos para os acolherem; querem qualidade no ensino para as suas crianças e jovens; transparência na democracia.

Não é fácil dar respostas a todas as questões, revindicações e anseios das populações mais vulneráveis; não é fácil arranjar recursos para suprimir todos os problemas expostos, mas temos a certeza que o diálogo que iremos promover com estes trabalhos será um contributo importante para a construção de

instrumentos de reflexão e prossecução dos objetivos da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e sobretudo do seu desígnio: a Erradicação da Pobreza até 2030.

Armando Loureiro – Conselho Local de Cidadãos de Coimbra da EAPN Portugal

Deus as Boas-vindas aos participantes e a Coimbra para realização do 15º Fórum Nacional e constata que: *"participei em todos*". Agradeceu à Sr.ª Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, Dr.ª Ana Cortez Vaz, à Dr. ª Luísa Dantas da Direção da EAPN Portugal; aos colegas de todos os distritos presentes; à equipa da EAPN Portugal; aos colegas da delegação da Polónia presentes.

Como um dos elementos mais antigos do Conselho Local e do Conselho Nacional de Cidadãos da EAPN Portugal salienta que "*…a importância de participar e lutar por melhores condições de vida para todos e a importância destes momentos para conseguir chegar a quem desenha as políticas procurando de alguma forma influenciá-los …*". Deixa um apelo aos "*mais novos na EAPN… não desistam à primeira, quando se entra não se sabe muito bem qual é o nosso objetivo, mas com o tempo percebemos que o nosso trabalho é útil para erradicar a pobreza e a exclusão social…*". Por fim, deixa um apelo a que: "*…se produzam boas ideias para o futuro*".

Apresentação da Campanha Nacional #POBREPOVO – da autoria de Miguel Januário, por Maria José Vicente, Coordenadora Nacional e Inês Duarte do Departamento de Comunicação da EAPN Portugal

Desatacam como principal mensagem da campanha a vivência de pessoas que se encontram a passar por grandes dificuldades para fazer face a uma vida digna, para conseguir pagar suas despesas mensais, partindo de um conjunto de dados estatísticos que apresentam a realidade nacional associada a testemunhos reais de quem vive estas dificuldades. Esta campanha teve a sua primeira fase em 2022, mostrando números e frases com testemunhos reais que demostrava essa realidade. PobrePovo, porque todos nós seremos mais pobres enquanto tivermos o problema da pobreza na nossa sociedade e no nosso "povo". Todos temos a responsabilidade perante este flagelo, por isso pretendemos que divulguem e sejam protagonistas desta campanha.

De acordo com o autor da campanha, os dados apresentados são acompanhados com o nome Portugal e com a data 2023 e salienta a transversalidade com a ideia de povo através da nossa identidade comum. Se em 2022, destacámos histórias e testemunhos transversais, aleatoriamente identificados, em 2023 damos relevo a dados sobre a pobreza e pessoas que dão voz a esses mesmos dados. A campanha estará presente nas diversas redes sociais e será apresentada por todo o território nacional, contendo – no total – 10 vídeos e 10 mensagens e respetivos cartazes. De referir que os/as participantes são voluntárias/as na EAPN Portugal, através dos seus Conselhos Locais de Cidadãos, presentes em todos os distritos do continente e na Região Autónoma da Madeira.

MESA REDONDA – O combate à pobreza como desígnio nacional: das palavras aos atos

Moderador: Pedro Araújo – Jornal de Notícias

Como jornalista, Pedro Araújo acompanhou as conferências (promovidas pela EAPN Portugal) em 2022, sobre vários temas relacionados com a pobreza e que encerraram na Fundação Gulbenkian com a presença do Presidente da República. Uma das questões que saiu desses debates do ano passado, foi que o combate à pobreza deve ser realizado por todos os atores sociais.

O Jornal de Notícias recentemente fez uma notícia em que citava o Pe. Jardim Moreira afirmando que nas últimas décadas andamos sempre em redor dos dois milhões de pobres em Portugal (por vezes menos um pouco e outras vezes mais um pouco). Temos, portanto, um problema estrutural.

Logo, perguntava aos representantes dos partidos políticos, quais são os problemas que entravam o combate à pobreza e a manutenção quase constante desse número de dois milhões de pobres?

Fátima Ramos – Deputada PSD

Uma sociedade será tanto mais desenvolvida quanto mais a sociedade civil participar, com instituições sem fins lucrativos que se envolvem. Nos países onde a economia é mais centralizada, o desenvolvimento é menor; ao contrário, onde há mais envolvimento há mais desenvolvimento. Por outro lado, quando há mais desigualdade há menos desenvolvimento, ou seja, sem uma distribuição justa da riqueza não há qualidade de vida e não combatemos a pobreza. Nos últimos 20 anos o país teve níveis de crescimento económico demasiado baixos. Criou-se pouca riqueza, tivemos muitos fundos comunitários que foram mal utilizados, muitas vezes serviram para subsidiar o que era despesa corrente em vez serem aplicados em investimentos e por isso, temos sido ultrapassados por outros países.

Temos medidas sociais paliativas para atenuar a pobreza, mas de facto erradicar a pobreza só se tivermos crescimento e desenvolvimento económico e uma distribuição justa dessa riqueza. Temos níveis de desenvolvimento e de crescimento muito baixos, trabalhamos muitas horas e isso não tem gerado a riqueza e a distribuição que deveria gerar. Um estudo recente da Faculdade de Economia do Porto apontava para 34,5 % de economia paralela em Portugal, seis vezes mais do que tem sido o orçamento do Serviço Nacional de Saúde, embora para as pessoas que têm um rendimento muito baixo a economia informal seja uma mais-valia. Quando noutros países estes valores rondam os 10%, temos de controlar essa economia paralela, sendo preferível dar apoios àqueles que necessitam e a economia ser toda tributada e evitar a fuga aos impostos. O maior combate do país deveria ser à economia paralela. Se o sistema tributário for mais justo teremos um sistema social também ele mais justo e poderemos ter mais qualidade de vida. É ainda necessário noutros campos, como a saúde que os serviços públicos funcionem bem – o que não acontece neste momento – e tendo em conta a educação e outras áreas, temos de ter

um estado social que apoie esses setores mais vulneráveis da população. Falo da desigualdade, como algo problemático em Portugal, a desigualdade em termos de rendimentos e também a desigualdade territorial, basicamente concentrado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Dado que as pessoas abandonam os territórios à procura de melhor qualidade de vida, deveremos fazer alguma coisa relativamente às assimetrias territoriais, senão teremos um país onde uma parte significativa do território não produz e temos que criar as mesmas condições das pessoas das áreas povoadas, o que se traduz também na área da habitação. Isto é, pelo lado da oferta, o estado deixou cair a oferta pública, há instabilidade dos proprietários que não investem para arrendamento, o aumento dos gastos com habitação. Se tudo fosse mais justo, teríamos melhor distribuição de pessoas no território, não estigmatizando quem cria riqueza, e trabalhando para uma maior distribuição dessa riqueza. Apesar de tudo, Portugal está na Europa e a situação é bem melhor que em muitos países do mundo, onde, por exemplo há fome. Considerando que a fome não tem ideologia, todos devemos trabalhar para erradicar a pobreza mais extrema.

Moderador: Pedro Araújo – Jornal de Notícias

Coloca a mesma questão ao deputado do PS, relembrado que sendo o partido do poder, com maioria absoluta e há 8 anos no poder, porquê a persistência de 2 milhões de pobres no país?

José Carlos Alexandrino – PS

Assinala a importância do 17 de outubro e do combate à pobreza como um combate de todos e considera um "desígnio nacional" sobre o qual os principais partidos deveriam chegar a um acordo de princípio. É preciso reduzir as desigualdades sociais, refere. Com base nos dados do INE – o risco de pobreza na infância em Portugal, foi a quarta maior descida em 2022 na U.E. Isto também é um sinal claro de que algo está a mudar. De 2015 a 2022, saíram mais de 700 mil pessoas consideradas em risco de pobreza, isto aconteceu porque houve algumas políticas que contribuíram para isso, como por exemplo: o aumento do salário mínimo, ou seja, pela valorização dos salários; não podemos ter dinheiro para salvar bancos e pouco para salvar pessoas. Destaca alguns recursos para o combate à pobreza: a ENCP para cumprir objetivos, assim como o RSI que tem ajudado a mitigar a pobreza extrema. A Bolsa Nacional Urgente e Temporária subsidiada a 100% do PRR. As estratégias locais de habitação também financiadas pelo PRR; creches gratuitas, também na área da deficiência e o papel dos Conselhos Locais de Ação Social que têm feito um grande trabalho nos concelhos mais limítrofes.

O papel dos municípios é fundamental, já que com a descentralização de competências são os municípios que estão mais próximos dos problemas sociais e dar soluções, para além da ENCP com o objetivo de tirar 600 mil pessoas da bolsa de pobreza.

Moderador: Pedro Araújo – Jornal de Notícias

Para o representante do Bloco de Esquerda o moderador lançou o repto de uma frase de José Carlos Alexandrino, sobre o facto de se gastar muito dinheiro com o resgate de bancos e muito pouco com as pessoas.

Moisés Ferreira – Bloco de Esquerda

Enalteceu a EAPN Portugal pelo seu trabalho e fala da importância da visibilidade da pobreza, para que a sociedade em geral e os partidos políticos se comprometam com medidas. Destaca a exposição patente e o facto de ele poder ser o mote sobre o debate, considerando que as fotos mostram as várias razões sobre o empobrecimento em Portugal e também sobre as soluções para acabar com a espiral do empobrecimento: preço dos medicamentos, preço da habitação, a energia, falta de controle de preços nos bens alimentares. Decorrentemente, seria necessário tabelar preços, resolver o problema da habitação. Unirmo-nos em sociedade para tomarmos posições consequentes, são as principais conclusões sobre a publicação.

Sobre a persistência da pobreza em Portugal, refere que existem há muito tempo cerca de 2 milhões de pobres já depois das transferências sociais: não é uma questão genética, nem uma questão de não querer trabalhar. As pessoas mais pobres são as que mais trabalham, muitas delas com mais que um emprego. A persistência dos números pode ser explicada pela exploração dessa população e não redistribuição da riqueza. Em Portugal, os bancos, apenas nos primeiros seis meses deste ano, tiveram lucros de 2 mil milhões de euros e a prestação das habitações cresceu entre 60 e 80 %,ou seja, a banca está a ter lucro à custa de quem vive do seu salário e agora é assim tal como era há 10 ou 20 anos atrás. Muitas empresas poderiam pagar melhores salários (não se aplica a todas as empresas) mas sabemos o que se passa em muitas empresas onde há abusos e processos de falência fraudulentos. A pobreza estrutural em Portugal explica-se porque há alguns que fazem com que os outros sejam pobres. Dá o exemplo dos discursos sobre a inflação, com as grandes superfícies a fazer lucros como nunca fizeram, assim como as gasolineiras, ou os especuladores imobiliários e como é que se tenta resolver a inflação: castigando os salários dos trabalhadores, aumentando os juros das habitações, onde os que já ganhavam muito continuam a inflacionar os preços e a reajustamento é feito castigando quem vive do seu salário. Isto é o problema da pobreza em Portugal, por isso é que ela é estrutural e por isso temos basicamente o mesmo número de pobres de há alguns anos. Não é admissível, em Portugal, o salário mínimo não dar para pagar a renda de uma casa. A pobreza é estrutural em Portugal, porque a exploração é estrutural em Portugal e os sucessivos governos não alteraram isso.

Filipe Reis – Representante do PAN

Sobre o fenómeno da pobreza persistente em Portugal, considera haver duas questões fundamentais: as causas da pobreza e porque é que as políticas para combater a pobreza falham? Para o PAN, as questões da pobreza estão "espalhadas" por todo o seu programa, ligada à questão dos Direitos Humanos. A questão de fundo – para o PAN – é a questão da igualdade de oportunidades. Igualdade de oportunidades no acesso à escola, no mundo do trabalho, à promoção da transparência nos organismos públicos, à igualdade de oportunidades entre o litoral e o interior. Refere o "mínimo de sobrevivência financeira" e os escalões de IRS, que considera ser uma questão de justiça, que deveria comtemplar também quem tem pequenos negócios, maioritariamente como trabalhadores independentes. Refere que o PAN pugna pela justiça fiscal englobando todas as classes sociais e todos os trabalhadores, incluindo os independentes. O seu programa fala no "mínimo de existência para todos", que é uma questão de Direitos Humanos. O PAN propõe algumas medidas para 2024 (no orçamento de estado) para criar maior justiça fiscal, mais abrangente e mais transparente, que não promova "casos dúbios" e crie desigualdade de oportunidades e injustiças. Defende a promoção de medidas de política mais personalizadas e não a aplicação por medidas estandardizadas, porque seriam mais eficazes.

Moderador: Pedro Araújo – Jornal de Notícias

Coloca a questão sobre a representação da pobreza na comunicação social e nos diversos perfis das pessoas em situação de pobreza, que tem sido referida ultimamente pelas organizações do terreno. Como é a pobreza em Portugal e quais as suas faces?

Cidália Barriga – Membro do Conselho Nacional de Cidadãos da EAPN Portugal

Considera que a pobreza tem muitas faces, dando o exemplo dos trabalhadores pobres, que trabalham muitas vezes horas a mais, pagando impostos e levando muito pouco do seu salário para casa. Esse valor não dá para fazer face a uma vida digna: constituir família, pagar uma casa, não permite que os jovens saiam de casa dos pais. O futuro dos jovens não é muito auspicioso, já que não têm possibilidades de adquirir uma casa, pagam muitos impostos quando ganham salários acima da média. Por vezes quem ganha um pouco acima do limiar da pobreza, deixa de ser considerado vulnerável e parece que é castigado, dizendo-se que aquela pessoa já não é pobre quando ainda o é. Os que recebem o salário mínimo devem ser ajudados através dos apoios sociais, mas o RSI não tira ninguém da pobreza: ajuda para não morrer de fome, ajuda a manter os mínimos enquanto não se encontra outra fonte de rendimento, mas não é – nem de perto nem de longe – o suficiente para tirar alguém da pobreza. A questão é da valorização das pessoas e do seu trabalho, seja em que profissão for. A persistência da

pobreza é porque temos um país de baixos salários. O plano da ENCP traz alguma esperança, há muita gente interessada em que ele resulte, mas para tal tem que haver mais diálogo, com os principais interessados, porque existem muitas políticas que não ajudaram apesar de terem sido desenhadas para ajudar pessoas. E não resultaram porque não escutaram os próprios interessados.

Moderador: Pedro Araújo – Jornal de Notícias

A Confederação Empresarial de Portugal, recentemente propôs um aumento significativo dos salários e a criação de um 15º salário embora não taxado e juntava a isto uma questão que o JN publicou sobre a classe média. Ao ouvirmos um economista alemão que tinha comparado as classes médias de todos os países da U.E. e partindo da divisão em classe média baixa, classe média e classe média alta e quando se refere a Portugal e se temos uma fiscalidade elevada (ele refere que face ao panorama europeu não temos,) inclusivamente, temos margem para a aumentar, sendo que o problema em Portugal é que os salários são muito baixos. Uma classe média em Portugal, equivale a uma classe média baixa em diversos países europeus mais ricos da Europa, temos de criar uma economia capaz de aumentar salários, concordam com essa visão? Sendo que na visão da CIP é possível fazer isso?

Fátima Ramos – Deputada PSD

Considera que é possível e refere o seu passado como autarca (tal como o representante do PS) em câmaras do interior do país e no esforço dessas autarquias para suprimir as necessidades dos mais vulneráveis, particularmente na época da troika. Recorda que nos últimos 28 anos, o PS governou 21 e o PSD 7, onde 4 foram o período da troika e os políticos não tinham a liberdade total para implementar as políticas que desejavam. Considera que é necessário ter uma economia mais dinâmica que gerasse mais riqueza e menos economia paralela e com isto poderíamos ter salários mais elevados, trabalharmos menos horas. Mas para isso precisamos de gerar mais riqueza, distribui-la melhor e fiscalizar melhor os que não cumprem. Relativamente à carga fiscal, quando comparando com outros países, temos uma grande carga fiscal se nos referimos ao salário real, o problema está que em Portugal os salários são baixos (as médias escondem muita coisa), temos uma grande carga fiscal tendo em conta a percentagem relativa aos nossos vencimentos e impostos indiretos injustos, como no caso dos combustíveis com imensas taxas encobertas e difíceis de perceber pelo consumidor. Outro é o IRS, onde os escalões não são justos e por vezes atingem as pessoas que ganham pouco mais que o salário mínimo. Temos de apostar na economia e fazer uma distribuição justa da riqueza gerada.

José Carlos Alexandrino – PS

A descentralização das competências para as autarquias será um passo decisivo para aproximar os sistemas de decisão da realidade do território, mas também há muitos que o poem em causa. Considera que a negociação do pacote financeiro é fundamental para o processo ter sucesso. Espera medidas interessantes, saídas do orçamento de 2024, relativamente aos jovens e considera igualmente que a carga fiscal é demasiado elevada e precisamos de a reduzir para acrescentar dinheiro nos rendimentos dos portugueses. Destaca ainda os programas de ajuda aos mais vulneráveis implementados pelas câmaras municipais e os Programas Operacionais do IEFP (Políticas Ativas de Emprego) na colocação no mercado de trabalho de muitas pessoas vulneráveis que recebiam o RSI, inclusivamente por parte das autarquias como empregadores. Destaca o papel consagrado ao problema da habitação por parte do PRR e o esforço que o governo fará nos próximos tempos para tentar solucionar este problema, bem como – novamente – o esforço dos municípios, na saúde, habitação, ação social ao nível local com pequenos projetos de ajuda à população, particularmente nos municípios do interior, e em parceria com a segurança social e as instituições locais.

Questões do público

Se a família tiver um rendimento médio ao nível nacional, as famílias monoparentais não têm elegibilidade para subsídios de apoio para crianças e jovens com cuidados especiais. O que se pode fazer pela deficiência e como é que as autarquias podem atuar?

Questão sobre o recurso exagerado, por parte de algumas instituições a estágios profissionais pagos pelo IEFP. Estas instituições recorrem a este tipo de política ativa de emprego para superar dificuldades de funcionamento e não contratam um profissional. Até que ponto isso é legal? Refere os “abusos” das entidades contratantes, da precariedade nestes contratos, exigindo a total adesão compulsiva da aceitação desses trabalhos precários, sob pena da perda do subsídio de desemprego.

Que medidas é que defendem nos vossos partidos para dar respostas ao problema da habitação em Portugal, a curto e a medio prazo?

Filipe Reis – Representante do PAN

Respondendo à questão do apoio à deficiência, o PAN defende que todas as pessoas devem ter direito ao apoio. No caso dos estágios profissionais, não deve haver abuso de contratação. Estas situações estão na lei e também é preciso que os cidadãos a façam valer. Defendemos também a promoção do micro empreendedorismo com beneficiários do RSI e outras prestações sociais, através da antecipação da

prestação para montar uma microempresa, dinheiro que não deve ser devolvido no caso de o projeto não correr bem, caso contrário, as pessoas ficam com dois problemas: sem trabalho e com dívidas. Defendemos, pois, a não devolução do dinheiro que o Estado gasta com empreendedorismo. No caso da habitação, sendo que o problema não é de agora, tomemos como exemplo que o governo prometeu 12 mil residências universitárias. São 10% dos 120 mil em casas devolutas do Estado e isso tirava pressão no mercado de habitação. Mais uma vez ficamos à espera do dinheiro do PRR e a epidemia do covid é uma falsa justificação para a falta de cumprimento do objetivo, porque a construção não parou. Não podemos ficar à espera do PRR para resolver um problema do tempo do Estado Novo. Tentou-se resolver o problema induzindo as pessoas a comprar casa, mas nos dias de hoje, o problema só se resolve com habitação pública, pelo que defendemos recuperação dos imóveis, sendo ou não do Estado e depois atribuídos de forma integrada e equilibrada evitando a formação de guetos.

Moisés Ferreira – Bloco de Esquerda

Comentando as questões colocadas, refere que estas têm diretamente relação com a questão da pobreza e de pessoas que precisam de ajuda, que é a burocracia que "desconfia das pessoas pobres" com demostrações para ter acesso – por exemplo – ao RSI. Paralelamente, os bancos têm o aval de muitas personalidades, mas para as pessoas que precisam criam-se labirintos burocráticos. Os apoios sociais já não são suficientes para apoiar as pessoas, cujo principal problema é a habitação, que aumentou 90% nos últimos 9 anos. Trata-se de pessoas que por vezes até auferem salários médios e não conseguem pagar a casa. Muitos dos programas que existem para apoios sociais, já não respondem a esta "nova pobreza" que existe em Portugal. O BE considera que a habitação é o maior fator de empobrecimento da população: que haja mais habitação pública (neste momento é de cerca de 2%); temos muitos fogos abandonados, com proprietários que não querem fazer nada daquilo; a propriedade não é um fim absoluto, deve ser respeitada se cumprir um fim social; ter um prédio vazio não cumpre fim social nenhum, só faz aumentar rendas e se está nestas condições, o Estado tem de tomar posse administrativa daquele prédio e deve colocar em arrendamento a custos controlado, não é expropriação; tabelar as rendas de acordo com regras municipais, como o fez Berlim e se eles conseguiram nós também o conseguiremos; bolsas de partes e novas construções para rendas a custos controlados e geridos pelas câmaras municipais, quando licenciam alguma obra. Importa controlar estes preços – não apenas na habitação, mas também em setores como a alimentação e outras.

José Carlos Alexandrino – PS

Considera que o país está muito melhor em termos de habitação, no entanto, há problemas e muitas burocracias que impedem a concretização de algumas boas ideias. O PRR tem um papel fundamental e as

autarquias devem investir muito nestas áreas. Refere a aposta no interior e na criatividade das autarquias locais que podem ajudar a resolver muitos problemas.

Carta Aberta do Conselho Nacional de Cidadãos da EAPN Portugal, sobre a questão da pobreza no nosso país, lida por Cidália Barriga.

A pobreza não é só estatística. São pessoas e vidas. Nós os membros dos Conselhos Locais de Cidadãos da EAPN Portugal, manifestamos o nosso descontentamento e a nossa preocupação com as condições em que vivem as pessoas mais vulneráveis. Pretendemos por isso, fazer chegar a nossa voz e apontar um conjunto de mensagens claras para as entidades responsáveis e demais cidadãos.

- A pobreza constitui uma violação dos Direitos Humanos, devemos estar atentos e conscientes das consequências da pobreza e da exclusão social na vida das pessoas.
- O combate à pobreza deve ser uma prioridade política e uma aposta na verdadeira participação democrática, colocando as pessoas no centro das políticas públicas, enquanto participantes ativos no processo da tomada de decisões e na procura de soluções.
- Os números da pobreza não refletem a vida das pessoas, por trás dos números, existem mulheres, crianças, idosos, famílias que lutam diariamente para sobreviver, com mais dificuldades nos últimos anos agravados pela forte inflação e aumento do custo de vida.
- Qualquer ação que vise o combate à pobreza deve ser capaz de promover uma participação alargada, em especial das pessoas em situação de pobreza, dar voz aos cidadãos que vivem em situação de pobreza é um meio de perceber as suas reais necessidades.
- Os decisores políticos devem estrar verdadeiramente próximos dos cidadãos para perceberem as dificuldades que estes enfrentam e as consequências reais da pobreza nas suas vidas.
- É urgente reforçar a proteção social a sua articulação e eficácia no combate à pobreza em especial a que é destinada aos mais vulneráveis. Não criar medidas esporádicas, mas antes combater a pobreza de forma estrutural e consistente.
- Tornar efetiva a solidariedade social, tornar aplicável e realista ENCP, que não pode ficar “fechada numa gaveta”, deve ser capaz de operara as mudanças necessárias para combater os efeitos da pobreza e das suas causas.
- A oportunidade gerada pelos montantes de financiamento dos Fundos Estruturais não pode ser desperdiçada, porque a pobreza não se resolve com “sobras”, nem medidas avulsas. Há que garantir que haja investimentos em áreas fulcrais como a saúde, habitação, educação, formação e trabalho, cultura entre outros.

- É necessário dar horizontes de esperança e dignidade às pessoas, sobretudo às gerações mais jovens. Mitigar a pobreza não chega é necessário que se tomem medidas estruturais e não "pensos rápidos" sob pena do nosso futuro, e de muitos portugueses, estar comprometido e a emigração ser a única opção.
- É a hora de juntar a sabedoria e a inteligência de todos os cidadãos e cidadãs, e da classe política para que tomem as medidas necessárias.
- Não temos medo da mudança. O nosso maior medo é que as coisas nunca mudem. Precisamos de solidariedade, equidade e entendimento entre tod@s e principalmente precisamos de pensar "fora da caixa" para conseguir algo de novo.
- Apelamos assim a todos os cidadãos e cidadãs e restantes atores, responsáveis a nível político para a urgência de olhar para a pobreza de forma integrada, sem nunca esquecer as pessoas e as suas nacionalidades.

Em nome de todos os cidadãos e cidadãs que ainda sonham, reafirmamos que queremos fazer parte desta sociedade, a democracia não se esgota em eleições e a melhor forma de melhorar a qualidade da nossa democracia passa por preocuparmo-nos mais com os seres humanos, por isso recusámos-mos a resignar. É urgente mudar. Não fazer nada para mudar o país em relação á pobreza e às desigualdades é ser cúmplice de um estado que não é de direito.

Dia 18 outubro – Hotel D. Luis - Coimbra

Sessão de boas-vindas – Padre Jardim Moreira

Padre Jardim começou por cumprimentar os presentes, com destaque para os membros da Direção e para os técnicos que estão nos Núcleos, reconhecendo o seu trabalho e o seu empenho. Endereçou também um agradecimento aos membros dos Conselhos Locais presentes, dizendo que "*é fundamental, no contexto em que vivemos, e já de trás, o exercício da participação, a Rede sem participação, não é Rede. A Rede é uma interligação, primeiro de pessoas e depois de instituições, a todos os níveis, desde o nível micro, meso até ao macro, e todos temos de estar em articulação (…) Peço que dinamizem a participação em toda a população que sente a pobreza, que sente as limitações que são impostas por uma sociedade que cria injustiças, porque a pobreza é a expressão de uma injustiça social*". Deixou claro que "*ser pobre é ser limitado na vivência das suas potencialidades e dos seus dons*". Referiu também que devemos analisar a pobreza nas suas diferentes dimensões e que os baixos níveis de participação das pessoas em situação

de pobreza estão, muitas vezes, ligados a diversos fatores, dos quais destacou uma alimentação pouco nutritiva, que provoca uma passividade mental que leva as pessoas a não se interessarem pelo seu projeto de vida. E isso pode contribuir para explicar as dificuldades que as pessoas em situação de pobreza sentem na participação.

Outro aspeto relevante mencionado pelo Padre Jardim foi a importância da inclusão das pessoas excluídas. "*Não há hipótese de inclusão na sociedade se a sociedade como tal não incluir os que estão à margem. Toda a sociedade tem de ser dinamizada, informada e sensibilizada para acolher aqueles que pôs à margem, porque a inclusão supõe mais do que um gesto de simpatia ou político, supõe um gesto afetivo*."

Mostrou ainda a sua satisfação relativamente à credibilidade da Rede, no que diz respeito aos meios de comunicação social, dizendo que "*a atenção e o crédito com que nos ouvem é importante e significa que nós não somos bandeirantes, não temos ideologia, defendemos a Pessoa Humana, na sua integralidade, e que todos temos a mesma dignidade*".

Como mensagem final e a propósito do lançamento do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, referiu que "*quem está no terreno precisa que os elos intermédios funcionem*" e que "*vocês têm a possibilidade de disseminar a necessidade de trabalho em rede e da aplicação no terreno, da Estratégia, exigir que os órgãos intermédios funcionem, no fundo, aquilo que corresponde à transferência de competências do poder central para o poder local*".

Sessão de boas-vindas – Natália Alves

A D. Natália começou por agradecer aos presentes e aproveitou a oportunidade para cumprimentar os membros da EAPN Polónia, que vieram a Portugal conhecer o trabalho da nossa Rede e assistir ao Fórum Nacional. Para a D. Natália, a EAPN Portugal é a sua família, refere que se encontrou e aprendeu a "*ouvir o outro, com a devida atenção*". Participa no Fórum Nacional desde o início (2009).

Apresentação do trabalho que Vida é Esta?

Juan Pedro e Carla Tomé

Cada um dos membros do Conselho Local de Cidadãos partilhou a sua experiência acerca da participação no trabalho "Que Vida É Esta?" através do registo fotográfico e de pequenas reflexões que acompanharam as fotografias. **Juan Pedro, do CLC da Madeira**, contribuiu com 3 fotografias, tendo uma delas integrado a capa do livro. Segundo ele, o que vivemos atualmente não permite que descansemos, não podemos deixar de procurar soluções para os problemas. Por isso, a imagem de "*pensar*", "*de rosto preocupado*", é algo que está muito presente na vida de todos nós. Já Carla Tomé referiu que a atividade

em si foi bastante participada por todos os elementos do CLC de Castelo Branco. A principal conclusão que retira deste exercício é que deve haver uma maior articulação entre aquilo que são as necessidades das pessoas e as respostas que são criadas, porque existe uma desatualização das políticas. "*O impacto do aumento do custo de vida e as sugestões e recomendações nem sempre são tidas em conta pelos nossos governantes*".

MESA REDONDA O impacto das medidas políticas na vida das pessoas

Joaquina Madeira colocou uma pergunta aos oradores: qual é o papel do setor que representam (emprego, habitação, saúde, etc.) no combate à pobreza? E qual a avaliação que fazem relativamente à forma como isso impacta as pessoas?

Bárbara Aguiar (DGS) agradeceu o convite e referiu que é muito importante que a saúde esteja ligada ao debate sobre as questões da pobreza. Sob o seu ponto de vista, o nosso Sistema Nacional de Saúde, apesar das lacunas que apresenta, "*ainda continua a ser algo que é invejável noutros países*", porque nós não temos barreiras quanto ao acesso, principalmente em situações de atendimento urgente ou doença aguda. No entanto, no que diz respeito por exemplo às doenças crónicas, por mais que haja uma comparticipação do Estado, ela ocorre mediante os rendimentos e isso é deficitário, porque há pessoas que vivem em "*modo sobrevivência*" e não em modo "*qualidade de vida*".

Uma das estratégias a nível político que pode ser implementada é a relativa ao combate ao desperdício de medicamentos em fim de validade. Enquanto coordenadora da Estratégia Nacional do Medicamento, Bárbara Aguiar referiu que "*nós pagamos para comprar os medicamentos e depois pagamos para os incinerar, não há possibilidade de os doar a quem até precisa deles e não os pode pagar, não há uma política que me consiga auxiliar para eu fazer isso, não é legal*". Referiu ainda que os donativos são possíveis para outros países, mas não para a própria população portuguesa.

Alberto Costa (IEFP) começou a sua intervenção referindo que a *pobreza e o desemprego são realidades que se cruzam*, mas não significam a mesma coisa, *têm ordens de complexidade diversas*. Esclareceu que atualmente, as pessoas não recorrem aos serviços do IEFP da mesma forma que há uns anos, isto é, antigamente, o IEFP só intervinha junto das pessoas que se dirigiam aos serviços, Centros de Emprego, Centros de Formação Profissional, etc. Nos dias de hoje, o IEFP está mais próximo da comunidade, através por exemplo dos Núcleos Locais de Inserção, das Comissões Locais Desenvolvimento Social. Ora, constata-se que houve um *aumento das parcerias e das relações entre as diversas entidades que atuam no terreno*, para tentar dar resposta às necessidades das pessoas. Neste sentido, o IEFP tem tido a preocupação, ao longo de anos, de apresentar medidas que consigam corresponder às necessidades das pessoas, o que

nem sempre foi possível devido a vários fatores, nomeadamente, às alterações ocorridas no mercado de trabalho e às exigências das empresas. Ainda assim, atualmente, *todas as medidas ou praticamente todas as medidas de emprego que temos, desde os estágios profissionais, os contratos de emprego inserção, têm um cariz especial, para pessoas que estão numa situação de dificuldades, quer financeiras, quer em termos de condições de acesso*. Exemplo disso são também as medidas direcionadas para pessoas com deficiência/incapacidade. Reconheceu ainda que estas medidas podem não ser suficientes e estar bem implementadas, mas existem. Por último, fez referência à problemática da qualificação, formação e educação, na medida em que *é crucial, no combate ao desemprego e também no combate à pobreza, garantirmos, aumentarmos e potenciarmos todas as oportunidades que permitam às pessoas obter uma certificação das suas qualificações e formações*. A qualificação profissional potencia uma maior probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Não esquecendo também a importância de apostar na literacia digital, devido à evolução das novas tecnologias.

Brenda Johnson (ISS) agradeceu o convite endereçado ao ISS e saudou o Presidente da EAPN Portugal e a sua grande equipa. Explicou brevemente a estrutura do ISS e o seu papel fulcral naquilo que é a defesa dos direitos e deveres dos cidadãos num estado democrático, nas áreas da proteção social, inclusão social e solidariedade. Do seu ponto de vista, existem medidas que funcionam bem, e outras que poderiam funcionar melhor, mas é fundamental *ouvir as pessoas, quem sente na pele, o que funciona e o que não funciona*. Na área da inclusão social e da proteção social, *é muito difícil conseguir encontrar consensos.* Mas há um consenso relativamente à temática da pobreza: *não é uma questão que interessa só a quem está nessa situação, é uma questão social que interessa a todos, a nível nacional, a nível europeu e a nível internacional e isso é um avanço brutal.* Relativamente aos obstáculos que existem à maior eficácia das medidas políticas no combate à pobreza, **Brenda Johnson** considera que quem está no terreno torna visível perante a segurança social aquilo que funciona e aquilo que pode ser melhorado. Também reconhece que a carga burocrática é significativa e que se apresenta muitas vezes como um obstáculo à eficácia e eficiência das medidas.

O arquiteto **Nuno Travasso (UC)** começou a sua intervenção dizendo que *finalmente há na esfera pública um consenso que não havia, que é há uma crise de habitação e é preciso criar políticas públicas para responder a essa crise*. Estando a casa no centro da vida de cada um, se o setor da habitação estiver em crise, por consequência, afeta as outras esferas da vida dos cidadãos, nomeadamente na área da saúde, emprego, mobilidade. Uma das questões importantes a ter em conta é que falta um sistema geral que, por um lado, regule o mercado da habitação, e por outro lado, providencie habitação. E esta falta existe porque *Portugal montou o seu Estado Social em contraciclo com o resto da Europa*, *num momento em que a habitação já não era considerada parte desse Estado Social e foi considerado que isso deveria caber ao*

mercado. Do seu ponto de vista, considera que as políticas públicas de habitação em Portugal sofreram sucessivos *abalos*. A crise de 2008 não ajudou a que se pudesse desenhar uma política pública de habitação, pelas alterações profundas ocorridas no mercado de habitação, relacionadas com o *turismo low-cost, alojamento local, os nómadas digitais*, etc. Para além disso, houve uma reforma legislativa profunda nas áreas da regulação, reabilitação, *vistos gold*, apoios ao turismo, alteração das regras de planeamento, etc. Já em 2017, procurou-se retomar e criar uma primeira estrutura de políticas de habitação. Nesta altura foi criada a Lei de Bases da Habitação, *uma nova geração de políticas de habitação que pediam aos municípios para criarem as suas próprias estratégias locais de habitação, a partir das quais depois podiam aceder a financiamentos e apoios do Estado central*. Esta estrutura tinha várias falhas, mas os princípios eram pertinentes. Nos últimos 3 anos, com a pandemia, o PRR, a guerra, a inflação e o aumento das taxas de juro, voltamos a sofrer um novo abalo e *a sensação que temos é que o Governo tentou disparar para todo o lado, com medidas avulsas e contraditórias entre si*, através, por exemplo, do programa + Habitação. Existe uma desvirtuação dos objetivos iniciais das medidas públicas de habitação, na medida em, por exemplo, 70% do financiamento previsto para construir nova habitação está atualmente a ser gasto na reabilitação do parque público habitacional que já existia. Concluiu, dizendo que *vivemos num conflito entre a oportunidade de montar um serviço público de habitação, e uma urgência de dar respostas rápidas e isso muitas vezes é um conflito que acaba por não ajudar, nem uma coisa nem outra.*

Natália Nunes (DECO) agradeceu o convite endereçado à DECO e reforçou a pertinência da discussão, na medida em que a DECO faz, há 23 anos, um apoio às famílias naquilo que é a gestão das suas finanças pessoais. Normalmente, as famílias que têm falta de literacia financeira não procuram os serviços da DECO para pedir *orientação ou aconselhamento financeiro*, só recorrem aos serviços quando se encontram numa situação de *sufoco*. As áreas mais críticas são a alimentação e a habitação, e se 1/3 dos agregados familiares em Portugal recebe menos de 833 euros por mês, a sobrecarga financeira das famílias é muito significativa e *torna-se um desafio conseguir chegar ao fim do mês*. Daquilo que tem sido o serviço prestado pela DECO, são as famílias com menores rendimentos que mais procuram apoio e as despesas com o crédito à habitação e com as rendas são as maiores preocupações. Efetivamente, existem famílias que têm de fazer opções forçadas entre a alimentação e a medicação ou entre a alimentação e o pagamento da renda/prestação.

Se, por um lado, existe falta de literacia financeira, por outro lado existe um desconhecimento em termos dos direitos e até de apoios que existem. *É verdade que têm sido criados alguns apoios, mas são claramente insuficientes para ajudar verdadeiramente as famílias.* E no caso do crédito à habitação, era fundamental que a banca tivesse uma posição diferente, não de culpabilização dos clientes, mas de informação e sensibilização. Da mesma forma que o Estado deveria criar medidas diferentes das que

existem. E não podemos esquecer as barreiras digitais, pois há consumidores em Portugal que não têm acesso à internet, por exemplo, para aceder a uma determinada informação ou preencher um requerimento.

Perguntas dos cidadãos aos oradores

Cármen Pamplona (CLC Porto)

1. *Gostaria de perguntar à Dra. Bárbara Aguiar, no que diz respeito à saúde mental, onde é que as pessoas podem recorrer efetivamente, se se sentirem muito desesperadas? É preciso recomendações práticas para informar as pessoas…*

   Resposta: *Existem dois parentes pobres no nosso SNS: a saúde mental e a saúde oral. Em relação à saúde mental, e no que diz respeito à DGS, nós temos feito forcing para que haja psicólogos nos cuidados de saúde primários, que haja este acompanhamento, até porque ainda existe o estigma de ir ao psiquiatra. Eu tenho alguma esperança que com esta reestruturação do SNS, através das ULS, que haja uma integração de cuidados. Há psicólogos nos hospitais, em número muito insuficiente, mas deveria haver uma partilha de recursos humanos, pelo menos como um eixo prioritário desta reforma.*

Prudêncio Canhoto (CLC Beja)

2. *Gostaria de perguntar ao Dr. Alberto Costa, quando existem situações de estagiários/as que são discriminados/as ou alvo de xenofobia/racismo, o que é que o IEFP faz? Que medidas toma junto das entidades que estão a receber os estagiários/as?*

Resposta: *Eu não conheço a realidade de todo o país, mas eu não tenho casos sinalizados…não digo que não existem, digo que não tenho sinalizados. Quero dizer também que o IEFP tem uma política muito clara a esse respeito, e tudo o que concerne a questões de discriminação, seja por motivos de idade, género, temos uma cultura muito clara de não aceitar e de penalizar quem enverede por esse caminho. Aliás, uma das condições para as entidades poderem aceder aos nossos apoios é não terem sido condenadas, em tribunal, por violação de direitos. Portanto, garanto que qualquer problema destes é sinalizado imediatamente e, salvo algum caso que aconteça e que eu desconheço, não toleramos situações destas no IEFP.*

Outras perguntas do público

3. *Quando há contratos de emprego e inserção e as pessoas trabalham um ano, são levadas a crer que vão ficar a trabalhar nas instituições, mas isso na realidade não acontece. O que é que se pode fazer para mudar isso? Existem auditorias feitas a instituições que estão constantemente a recrutar pessoas para estágios profissionais e não contratam?*

Resposta (Dr. Alberto Costa - IEFP): *São questões pertinentes e têm razão naquilo que expõem. Os CEI destinam-se exclusivamente a entidades sem fins lucrativos e são projetos de natureza provisória que não devem, por princípio, ocupar postos de trabalho. Tenho consciência que há um abuso da medida, relativamente a esta rotatividade, mas não é uma questão simples de resolver. O lado positivo é que muitas das pessoas que estão neste programa têm a oportunidade de ativar competências, ativar o contacto com o mercado de trabalho, e devo dizer que, das instituições que conheço, um número significativo dos trabalhadores que lá estão, começaram com contratos de emprego e inserção ou com programas ocupacionais. Mas não deixa de ser verdade o que diz. É difícil encontrar um equilíbrio entre dar uma resposta que de facto garanta um futuro no tempo às pessoas e gerir o trabalho com as entidades. Se formos demasiados rígidos, às vezes as entidades não dão hipóteses de ficar com as pessoas. Em resumo, é uma medida que deve ser revista em termos de legislação, para reduzir o número de situações que refere. Relativamente às auditorias, são feitas em número muito reduzido, deveriam ser mais. No entanto, relativamente aos estágios, só são aprovadas entidades que tenham apresentado, nos últimos tempos, índices elevados de empregabilidade, ou seja, a cada 3 estágios, tenham admitido, pelo menos um.*

4. *Pensando na descentralização, quais são as competências atuais do ISS relativamente ao rendimento mínimo?*

Resposta (Dra. Brenda Johnson - ISS): *Neste momento, a Segurança Social posiciona-se como a entidade pública que garante o lado prestacional do Rendimento Social de Inserção e é parceira dos Núcleos Locais de Inserção para criar redes de apoio a favor dos projetos de vida de cada pessoa/família. Quem está a coordenar os NLI são as autarquias.*

Conclusões

Joana Silva – Centro Prosper – Católica Lisbon

Valorizou a pertinência e o interesse de toda a discussão e destacou que *a "pobreza tem um rosto"* e na sociedade portuguesa isso ainda é muito esquecido. Aproximar os cidadãos da política e do debate público é muito importante, para que se consiga combater os estereótipos que ainda existem relativamente às pessoas em situação de pobreza ou exclusão social.

Referiu também que, no que diz respeito à certas medidas políticas, como por exemplo, na área da habitação ou da alimentação, é fundamental olhar para os dados e avaliar se efetivamente houve ou não benefícios para as pessoas, dado que existem muitos "*desvios de atenção*", ou seja, medidas avulsas sem grande impacto na resolução efetiva dos problemas e "*desviar a atenção também tem impacto*".

Mencionou ainda que *combater as causas da pobreza não é só olhar para a parte monetária*, é preciso ter uma visão mais abrangente, porque há impactos a diferentes níveis da vida das pessoas. É crucial que haja foco e que se saiba exatamente onde devemos intervir.

5. AVALIAÇÃO (PARTICIPANTES)

Estiveram presentes **79 participantes,** no entanto, apenas foram rececionados 35 questionários de avaliação.

Relativamente à sua preparação para o evento, os participantes sentiram-se bem e muito bem preparados. Quando questionados acerca se consideravam que as suas sugestões para o programa tinham sido levadas em conta, a grande maioria respondeu afirmativamente.

Relativamente ao **programa do fórum**, a maioria dos participantes manifestou uma grande satisfação. Os aspetos positivos mais referidos foram o modelo de apresentação dos temas (formato mesa-redonda), os momentos de debate e os oradores convidados: "*Mesa-redonda com representantes dos partidos políticos*" | "*Os membros das mesas e seus temas*" | "*Os temas tratados e os convidados*" | "*Todos os temas e as dinâmicas de tratamento*" | "*Das intervenções dos políticos*" | "*Do interesse dos media e da comparência dos deputados*".

Relativamente aos **aspetos negativos**, os participantes referiram, essencialmente, os atrasos nos horários e a falta de tempo para o debate entre oradores e participantes e para perguntas e respostas.

No que diz respeito às questões logísticas relacionadas com as deslocações, alojamento e alimentação, o nível de satisfação dos participantes foi muito elevado.

Tanto no dia 17 como no dia 18, a maioria dos participantes considerou as matérias abordadas como muito pertinentes e de qualidade, com igual destaque para o nível de preparação e de participação dos intervenientes: "*A preparação prévia foi bem executada*" | "*Pertinência dos temas e envolvimento do público nas questões*" | "*Presença de pessoas com credibilidade e disponibilidade/interesse da plateia*".

A presença de meios de comunicação social no evento foi um aspeto bastante importante e com impacto positivo nos participantes, que referiram que o Fórum tem vindo a ter cada vez mais visibilidade ("*Foi bom o JN ser parceiro*").

Para **futuros encontros**, os participantes apresentaram as seguintes sugestões: mais tempo dedicado para o debate e para a participação do público e estender o convite à participação de toda a sociedade civil, entidades da economia social, organismos públicos e tecido empresarial. Ainda assim, alguns participantes referiram que devemos "consolidar o que temos feito até aqui".

Em termos gerais, a avaliação é muito positiva, tendo sido para muitos uma "*possibilidade de diálogo, partilha, pensamento crítico e reflexão*". Para os elementos dos conselhos locais este encontro é uma "*oportunidade única*", de "*ter alguma voz*" e de "*participar para melhorar a sociedade da qual fazemos parte"*. Foi igualmente referido que este evento foi um momento de "*aprendizagem e ensinamentos*", "*coesão e partilha*", "*gratificante e elucidativo*". Em termos internos, é um evento que traz também um reforço no sentimento de pertença dos conselhos locais face à EAPN Portugal: "*como voluntário darei o meu melhor*" | "*oportunidade de criarmos e estreitarmos laços*" | "*Encontro/Amizade*" |" *O princípio de um futuro melhor*".

6. CONCLUSÃO FINAL

A EAPN Portugal promove desde 2009 a realização de Fóruns Nacionais de Combate à Pobreza e Exclusão Social com o objetivo de reforçar a participação de todos os atores no combate à pobreza e exclusão, sobretudo, daqueles que se encontram numa situação de desfavorecimento social.

Para a EAPN Portugal, este processo de participação constitui uma prioridade na sua intervenção, pois defendemos que a participação se assume como um instrumento pertinente no qual se podem formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, cidadãos capazes de se assumirem como agentes transformadores de uma sociedade mais justa e igualitária. Devemos assim criar oportunidade e condições para que esses cidadãos se façam ouvir e colaborem mais ativamente nos seus próprios processos de inclusão e na sociedade da qual fazem parte. A sua presença nos processos de participação, além de enriquecer os demais com a sua colaboração pessoal e coletiva, é um testemunho de mudança ao nível da igualdade e da justiça social.

Imbuídos nestes princípios, nos últimos anos temos vindo a trabalhar continuadamente no sentido de estes cidadãos assumirem cada vez mais um papel significativo nos processos de decisão e de orientação estratégica da EAPN Portugal. Pretendemos assim reunir condições para uma participação organizada e efetiva que num futuro próximo potencie a existência de estruturas e plataformas formais de participação de cidadãos em situação de pobreza e/ou exclusão social na definição e implementação de políticas e medidas sociais em Portugal.

A participação é um longo processo construído passo a passo e antes de mais, há um trabalho de informação e sensibilização a desenvolver junto da sociedade civil sobre a importância da participação e as suas mais-valias na inclusão social de pessoas desfavorecidas, mostrando que a participação é possível e tem resultados.

A organização do XV Fórum Nacional foi efetivamente pensada para corresponder a este mesmo objetivo. Isto é, num cenário atual de agravamento das condições de vida, convidámos os Conselhos Locais de Cidadãos/ãs promovidos pela EAPN Portugal, a refletirem em conjunto sobre estes impactos, cruzando visões sobre o panorama atual da pobreza em Portugal e a situação social das pessoas, nomeadamente, em termos do acesso a bens e serviços. Deste exercício de participação e cidadania foi possível recolher testemunhos e contributos deixados pelos mesmos/as, bem como um conjunto de ideias e mensagens-chave que permitem uma atuação firme e concreta sobre as várias dimensões da pobreza e a exclusão, restituindo dignidade à vida dos/as cidadãos/ãs e que dão corpo à Carta Aberta aos/às decisores/as políticos/as, apresentada publicamente no dia 17 de outubro – Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Um dos objetivos do Fórum Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social é identificar propostas e recomendações de ação para que os processos participativos que a EAPN Portugal promove possam ser verdadeiros instrumentos de combate à pobreza e exclusão social. Assim, e de forma breve, os membros dos Conselhos Locais de Cidadãos são claros nas mensagens que pretendem transmitir às entidades responsáveis por este domínio e das quais destacamos as seguintes:

- Assumir o combate à pobreza como uma prioridade política e apostar numa verdadeira participação democrática, colocando as pessoas no "*centro*" das políticas públicas e enquanto participantes ativos nos processos de tomada de decisões e na procura de soluções.
- Defender a participação cidadã e envolver ativamente os que mais diretamente sofrem com as consequências da pobreza e da exclusão socia, promovendo espaços de aproximação dos decisores políticos às pessoas através, por exemplo, dos conselhos locais de cidadãos da EAPN Portugal.
- Reforçar a proteção social, em especial a que é destinada aos/às mais vulneráveis. Não criar medidas avulso, esporádicas, mas antes combater a pobreza de uma forma estrutural e consistente. Esta postura é importante sobretudo no período de crise que enfrentamos. Devemos tornar efetiva a solidariedade social, tornar aplicável e realista a ENCP.
- Escrutinar, de forma criteriosa, a aplicação dos instrumentos financeiros em curso, como o PRR e o Portugal 2030, de forma a garantir que se promovem melhorias na vida das pessoas, nomeadamente as mais vulneráveis, e se criam condições para prevenir novas situações de pobreza, principalmente no contexto de crise que se vive.
- A oportunidade gerada pelos montantes de financiamento de que Portugal atualmente dispõe não pode ser desperdiçada. Porque a pobreza não se resolve com sobras, nem medidas avulsas, há que garantir também investimentos em áreas fulcrais como a saúde, a habitação e a educação.
- A pobreza não são só estatísticas, são pessoas e vidas aniquiladas!
- É necessário dar horizontes de esperança e dignidade às pessoas, sobretudo às gerações mais novas. Mitigar a pobreza não chega, é necessário que se tomem medidas estruturais e não pensos rápidos, sob pena de o futuro de muitos portugueses estar comprometido e a emigração ser a única solução.
- É hora de juntarmos a sabedoria e a inteligência de todos/as, cidadãos/ãs e classe política, para que se tomem as medidas necessárias para o empoderamento da sociedade e para sua maior participação no combate à pobreza. Não nos podemos resignar. É urgente mudar! Não fazer nada para mudar o país em relação à pobreza e desigualdade é ser cúmplice de um Estado de injustiças e não de direitos!

Porque a participação é um processo contínuo e exige uma avaliação permanente, coresponsabilização, partilha e tomada de decisões em conjunto, a EAPN Portugal continuará a trabalhar para que estes cidadãos se façam ouvir e colaborem mais ativamente nos seus próprios processos de inclusão.

DDF | outubro de 2023

ANEXOS